

ATA DA SEXTA (6ª) SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES-PIAUI, REALIZADA DIA 05 DE MAIO DE 2026

Aos cinco dias (05) dias do mês de maio do ano de 2026, às 10h (dez horas), no Plenário da Câmara Municipal de Simões, Estado do Piauí, localizado na rua Manoel Elpídio de Carvalho, 84, Edifício Almir Pereira Feitosa, realizou-se a sexta (6ª) Sessão Ordinária do ano Legislativo, sob a presidência da **VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS**, conhecida como Gracinha, **PRIMEIRO SECRETÁRIO: VEREADOR FRANKLIN WILKER DE CARVALHO E SILVA /MDB**. Procedeu-se ao registro de presença, constatando-se a presença dos demais vereadores: **TARCÍSIO ALVES CARVALHO/MDB E ENÉAS LIMA DIAS/ MDB**. Registrou-se a ausência dos Vereadores: **LUCIANO CÉSAR DE SOUSA CARVALHO/PSD, MÁRCIA MELLÂNIA DA SILVEIRA MORAIS/PSD, CLEDILMA ALENCAR TERTULIANO/PSD, VALDINEY JOAQUIM DA SILVA/MDB E ELISMAR CORDEIRO NUNES / PSD** e verificada a existência de quórum regimental, a Senhora Presidente, “**EM NOME DE DEUS,**” declarou aberta a sessão. A presidente, saudou a todos acompanham através da TV Câmara. E informou que em tratando-se do Regimento Interno, iria dar prosseguimento à sessão com base no artigo 106 e que os demais vereadores não se fazem presentes nesta sessão, porém, conforme dispõe o referido artigo, as sessões poderão ser abertas pelo presidente ou por outro membro da Mesa, com a presença mínima de um terço (1/3) dos vereadores, condição que aqui se enquadra. Assim, havendo quórum regimental, daremos continuidade à sessão de hoje, dia 5. Achando- se em Número Regimental, “**Em Nome de Deus**” a senhora presidente declarou aberto os trabalhos da presente sessão. **Primeira parte – EXPEDIENTE DO DIA:** Leitura dos seguintes expedientes, passou a palavra ao 1º Secretário, Vereador Franklin Carvalho, para leitura dos expedientes: antes a Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata anterior, informando que a mesma se encontra disponível no setor administrativo e nos dispositivos eletrônicos dos parlamentares, todos foram de acordo. Seguiu as leituras dos expedientes: Leitura do ofício nº 095, 14/04/2026, DO PREFEITO MUNICIPAL MAGNO DANTAS, encaminhando **PROJETO DE LEI N 03 – altera a redação do artigo 37 da Lei nº 783/2025, que regulamenta a Lei de Diretrizes Orçamentária do exercício de 2026 e revoga seus parágrafos e disposições em contrário**, recebido nesta casa dia 14/04/2026; **Requerimento nº 07, 28/04/2026, vereadora Mellânia, requer a tramitação do Projeto de Lei Municipal nº 03 em regime de urgência simples, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas, protocolado nesta Casa dia 28/04/2026**. Ainda no Expediente do Dia: o vereador Franklin, falou sobre o “Requerimento nº 07, protocolado pela vereadora Mellânia, solicita a análise do regime de urgência do projeto nº 03 em questão. Diante disso, sugeriu que, a Mesa analisasse o pedido de urgência apresentado para este Projeto de Lei.” E o vereador Franklin, primeiro secretário continuou esclarecendo para facilitar, iniciando com o seu relatório e apresentando seu entendimento e voto acerca do regime de urgência solicitado. “Precisamos entender que a LDO, Lei nº 783/2025, encaminhada a esta Casa anteriormente, recebeu alterações propostas por mim em seu texto. Em resumo, essas alterações determinavam que o município de Simões realizasse concurso público, em vez de teste seletivo. Também foram definidas as possíveis bancas organizadoras responsáveis pela realização do concurso. O que aconteceu foi o seguinte, esclareceu: o projeto foi aprovado, posteriormente vetado, houve a derrubada do veto e, por fim, a sanção e publicação da lei, que hoje possui plena validade. E acrescentou, “Agora, foi protocolado um novo projeto (projeto de lei nº 03) contendo dois dispositivos um artigo e um parágrafo único que tratam exatamente do mesmo artigo anteriormente alterado, é um direito, pode ser protocolado.” E continuou: “no entanto, o que eu chamo atenção da inexistência de urgência? “Primeiro, porque já chegou nessa Casa, embora ela não seja lida hoje em razão das disposições regimentais a nova LDO.” Trata-se do Projeto de Lei nº 04/2026, a nova Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2027. O que chamou atenção do vereador Franklin, conforme a sua fala é que o mesmo artigo que se pretendem alterar o artigo 37, e o Projeto de Lei nº 004/2026(LDO), nova LDO, contém os mesmos dispositivos, o mesmo conteúdo e o mesmo objeto, ele contém no artigo 37 nova lei. Então só altera o artigo 37. Em outras palavras, trata-se praticamente de uma reprodução do mesmo texto, um simples ‘copiar e colar’, relatou o vereador Franklin. Diante disso, o vereador Franklin entendeu que não há urgência para a análise dessa

matéria, especialmente porque o tema já foi amplamente debatido e aprovado no ano passado. Além disso, existem atualmente dois projetos tratando da mesma questão: um que busca alterar um artigo de uma lei já em vigor e a nova LDO, que ainda será apreciada por esta Casa e posteriormente terá vigência. Por essas razões, manifestou seu voto contra o pedido de urgência do Projeto de Lei.”

Continuando as falas sobre o pedido de urgência do Projeto nº 03, **O vereador Tarcísio** questionou se o projeto também deveria passar pelas comissões, afirmando que esse seria o trâmite normal antes de retornar ao plenário para votação. Em seguida, **o vereador Franklin** explicou que, quando é solicitado regime de urgência, busca-se simplificar o procedimento de criação da lei. Segundo ele, a intenção é evitar etapas como a publicação do projeto, o envio de cópias às comissões e os debates internos antes da votação em plenário. Franklin afirmou que, na prática, o pedido de urgência significa apresentar o projeto e colocá-lo diretamente para votação. Dando continuidade ao debate, **o vereador Tarcísio** destacou que urgência é diferente de conveniência. Para ele, a urgência deve estar relacionada a uma situação de suma importância vivida pela sociedade, exigindo uma ação imediata em benefício público. O parlamentar questionou por que o projeto não chegou à Câmara no ano anterior, dentro do prazo previsto, ressaltando que, dessa forma, não haveria necessidade de solicitar urgência. Tarcísio afirmou ainda que votava contra o pedido de urgência por entender que não existia urgência real no caso. Segundo ele, a própria Câmara havia solicitado anteriormente o envio do projeto (LDO/2026), mas este chegou fora dos prazos legais.

Decisão da Mesa Diretora: **A presidente da Câmara, vereadora Gracinha**, afirmou que a decisão tomada pela Mesa Diretora ocorreu dentro da legalidade e seguindo o curso normal do processo legislativo. Segundo ela, não seria correto transformar uma matéria séria em uma decisão política de ocasião. A presidente destacou que o projeto enviado não apresentava impacto financeiro, não comprovava necessidade e nem justificava o pedido de urgência. Ela defendeu que o tema deveria ser tratado com responsabilidade e lembrou a luta da Câmara pela realização de concurso público, associando essa pauta à defesa da liberdade e da legalidade. A presidente vereadora Gracinha, declarou ser contrária ao regime de urgência e explicou que o projeto seria lido na sessão e posteriormente analisado pelas comissões competentes, o que considerou uma medida de responsabilidade e transparência. Ao concluir, a presidente informou que, após análise da **Mesa Diretora** durante a sessão, entendeu-se que o projeto não se enquadrava como matéria urgente, principalmente porque já havia previsão e aprovação na LDO do ano anterior referente ao exercício atual.

Segundo **A PRIMEIRA PARTE DO EXPEDIENTE DO DIA**, o primeiro secretário deu continuidade a leitura dos seguintes expedientes: **ofícios nºs 015, 016 e 017, da presidente vereadora Gracinha aos presidentes das Comissões Permanentes de Constituição; Educação; e Orçamentos e Finanças, encaminhando o Projeto de Lei nº 03, do Poder Executivo, referido para parecer; Requerimentos nºs 005 e 006, 24/04/2026, de autoria do vereador Tarcísio, solicitando ao prefeito Magno RECUPERAÇÃO DA ESTRADA DA LOCALIDADE LAGOA SECA ATÉ O JOÃO DE SOUSA; E RECUPERAÇÃO DA ESTRADA QUE VAI DA SALGADINHA À LOCALIDADE CARQUEJO ATÉ PÉ DA PEDRA, COM URGÊNCIA, RESPECTIVAMENTE.** Na sequência a presidente facultou a palavra aos vereadores inscritos: **O VEREADOR ENEAS** estava inscrito, mas não quis fazer uso. **O VEREADOR TARCÍSIO** iniciou sua fala cumprimentando a senhora presidente da Casa, Maria das Graças, os demais vereadores, os servidores, a imprensa e todas as pessoas presentes no plenário. Em seguida, abordou a situação da falta de água no matadouro municipal, relatando que realizou visita ao local na sexta-feira anterior, ocasião em que constatou diversas irregularidades já apresentadas nesta Casa para conhecimento da população. Informou que, poucos dias após a denúncia, o matadouro ficou sem abastecimento de água, impossibilitando o abate dos animais e causando prejuízos aos comerciantes, marchantes e à população em geral. Ressaltou que as reivindicações apresentadas pelos vereadores têm caráter coletivo e visam ao interesse público. Na sequência, o vereador tratou da situação do Açude Novo, localizado na entrada da cidade, afirmando que foi realizada terraplanagem no local e retirada a cerca que protegia a área, sem posterior reposição. Destacou que os moradores que utilizam o espaço para cultivo de hortas e obtenção de sustento estão sendo prejudicados, solicitando ao gestor municipal a reconstrução da cerca com o material já existente no local, garantindo às famílias o direito de trabalhar e produzir. O parlamentar também comentou sobre o teste seletivo realizado


recentemente (domingo dia 03/05/2026), afirmando existir ausência de previsão legal e orçamentária para sua realização. Alegou ainda haver indícios de superfaturamento no processo licitatório, considerando que municípios vizinhos teriam realizado seleções semelhantes com valores inferiores aos adotados no município de Simões. Acrescentou que o Tribunal de Contas recomenda a realização de concurso público em vez de teste seletivo e questionou o fato de os valores das inscrições terem sido depositados diretamente na conta da empresa responsável pela execução do certame, e não na conta tributária da Prefeitura, conforme recomendação do próprio Tribunal. Disse trazer tais informações à sociedade para demonstrar, segundo suas palavras, a falta de compromisso e respeito da gestão municipal com a população. Prosseguindo, solicitou aos nobres colegas a aprovação de seus requerimentos referentes à recuperação de estradas vicinais que, segundo afirmou, encontram-se intrafegáveis, dificultando o trânsito de veículos e motocicletas. Recordou que apresentou denúncia ao Ministério Público acerca da recuperação da ladeira do Pé da Pedra, informando que o requerimento teria sido protocolado no mês de março e atendido apenas após notificação do Ministério Público à Prefeitura, ocorrida entre dezembro e janeiro. Relatou ainda que a obra executada teve curta duração, deteriorando-se em aproximadamente quarenta dias, recebendo aparte da vereadora Gracinha, que comentou que a obra “foi feita de algodão doce”, por se desfazer rapidamente com as chuvas. Por fim, o vereador criticou a qualidade dos serviços executados nas estradas e afirmou que acompanhará de perto o trabalho da empresa responsável pela recuperação das vias. Também questionou a concentração das melhorias em determinadas regiões do município, defendendo maior equilíbrio na distribuição das máquinas e serviços. Em seguida, pediu urgência ao prefeito municipal na recuperação das estradas, ressaltando a necessidade de garantir condições adequadas de deslocamento à população. Complementando sua fala, o vereador Tarcísio ressaltou que, além da recuperação das estradas vicinais, também é necessária a realização de roço nas margens das vias, afirmando que o mato tomou conta das estradas do município. Segundo relatou, os moradores e condutores que trafegam pelas localidades estão sendo atingidos por galhos e árvores que avançam sobre as vias, dificultando ainda mais o tráfego. Recordou ainda declaração de gestão passada, segundo a qual os retrovisores dos carros seriam suficientes para “roçar” as estradas, criticando tal posicionamento. Destacou que existem recursos disponíveis para a manutenção das estradas vicinais e reforçou o pedido para que sejam realizados os serviços de roço e recuperação, principalmente nos trechos que se encontram intrafegáveis. Encerrando seu pronunciamento, agradeceu a todos os presentes, desejou uma boa semana e pediu a Deus que abençoasse a todos. **O VEREADOR FRANKLIN** iniciou sua fala cumprimentando a presidente da Casa, vereadora Gracinha, os demais vereadores, as pessoas presentes no plenário e todos que acompanhavam a sessão pelos meios de comunicação. Em seguida, manifestou indignação quanto à forma como vem sendo conduzida a obra de instalação da rede de transmissão de energia elétrica entre os municípios de Simões e Paulistana, destacando tratar-se de uma linha de alta tensão que exige uma série de procedimentos legais e ambientais. O parlamentar explicou que empreendimento dessa natureza necessitam de estudo de impacto ambiental, realização de audiências públicas e delimitação adequada das áreas de servidão administrativa, esclarecendo que tais áreas correspondem a espaços em que os proprietários particulares passam a sofrer restrições de uso em razão de obra de interesse público. Contudo, ressaltou que tais procedimentos devem respeitar a legislação vigente e os direitos dos proprietários. Segundo o vereador, diversos proprietários de terras por onde passa a linha de transmissão não receberam qualquer indenização prévia nem foram devidamente cadastrados, notificados ou incluídos em processo administrativo para negociação com a empresa responsável pela obra, a Equatorial. Criticou a atuação da empresa, afirmando que não é admissível a entrada em propriedades particulares para instalação de estruturas sem autorização formal ou acordo prévio com os donos dos imóveis. Franklin relatou ainda que

precisou intervir pessoalmente para impedir a continuidade de obras em alguns pontos da cidade onde, segundo afirmou, os postes estavam sendo instalados fora da área de servidão administrativa. Citou especificamente uma ocorrência nas proximidades da universidade, quando, acompanhado de moradores, impediu a instalação de dois postes já com escavações realizadas no local. Destacou que as intervenções causaram grandes crateras e foram executadas sem autorização dos proprietários. O vereador também argumentou que a empresa não possui autorização judicial de imissão na posse que lhe permita adentrar propriedades particulares para realização das obras. Acrescentou que a justificativa apresentada pela empresa, baseada em suposta cessão de uso de áreas públicas pelo município, não se aplica às propriedades privadas afetadas pela instalação da rede elétrica. Por fim, registrou sua indignação com a postura da Equatorial, afirmando que a empresa não está cumprindo os requisitos legais exigidos para execução da obra. Solicitou ainda que fosse registrado requerimento para convocação de audiência pública com representantes da Equatorial, a fim de que sejam prestados esclarecimentos à sociedade e aos proprietários atingidos acerca da regularidade e legalidade das intervenções realizadas. O vereador Franklin voltou a abordar a questão do teste seletivo realizado pelo município, manifestando indignação quanto ao processo licitatório utilizado para contratação da empresa responsável pela aplicação das provas. Esclareceu que os questionamentos não se referem à realização do teste seletivo em si, mas aos indícios de superfaturamento no procedimento de contratação da empresa executora. Segundo o parlamentar, o valor contratado, na ordem de R\$ 213.000,00, seria excessivo quando comparado aos custos de processos semelhantes realizados em municípios vizinhos, citando como exemplo as cidades de Caridade e Jaicós, onde, segundo informou, os valores teriam ficado em torno de cinquenta mil reais (R\$ 50.000,00) e sessenta mil reais (R\$ 60.000,00), respectivamente. Ressaltou que, ao analisar a quantidade de vagas ofertadas e o número de inscritos, verifica-se desproporcionalidade entre os custos apresentados. O vereador destacou ainda que, pelo seu conhecimento, a aplicação das provas teria ocorrido apenas em uma escola CEM, afirmando que, caso tenha havido utilização de outros locais, desconhecia tal informação. Disse considerar incompatível o valor gasto diante da estrutura aparentemente utilizada para realização do certame, enfatizando tratar-se de recurso público que, segundo suas palavras, não poderia ser desperdiçado. O vereador Franklin afirmou também que os vereadores de oposição não são contrários à realização de seleção de pessoal, mas defendem prioritariamente a realização de concurso público, por entenderem que este garante maior estabilidade financeira, independência funcional e segurança aos trabalhadores aprovados. Acrescentou que o concurso público evita vínculos de dependência política e assegura maior autonomia aos servidores, criticando o modelo de contratação temporária adotado pela atual gestão municipal. Encerrando sua fala sobre o tema, declarou entender que a administração municipal prefere manter vínculos temporários por meio de testes seletivos, ao invés de promover concursos públicos efetivos, o que, segundo ele, contribui para manter trabalhadores subordinados a interesses políticos. **O vereador Tarcísio, em aparte,** destacou que o gestor municipal já responde por uma ação relacionada a teste seletivo, envolvendo, segundo ele, o uso da máquina pública para contratação de servidores em quantidade acima do número recomendado. Dando continuidade, o vereador Franklin respondeu ao aparte do vereador Tarcísio, esclarecendo que não é contrário às contratações de servidores pelo município, desde que realizadas dentro da legalidade e com a devida responsabilidade orçamentária. Explicou que o município pode utilizar recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para contratação de pessoal, mas demonstrou preocupação com o uso de recursos do FUNDEB para esse fim. O parlamentar argumentou que, quando há utilização do FUNDEB para pagamento de contratações temporárias, isso pode gerar impactos diretos aos profissionais da educação, especialmente aos professores efetivos. Segundo ele, essa prática reduz a sobra de recursos ao final do exercício financeiro,

o que pode resultar em prejuízos no rateio de eventuais sobras destinadas aos profissionais da educação. Franklin destacou que professores com muitos anos de serviço, concursados e atuando em sala de aula, têm direito a receber esses valores complementares ao final do ano, e que a utilização indevida dos recursos pode comprometer esse direito. Enfatizou que não se trata de privilégio, mas de um direito assegurado aos profissionais da educação. Ao final, reforçou que sua crítica não é à contratação em si, mas à forma como os recursos estão sendo utilizados, defendendo que o município deveria planejar suas contratações de maneira a não comprometer os recursos vinculados à educação e, conseqüentemente, os direitos dos servidores da área. O vereador Franklin continuou sua fala destacando que, até o momento, não tem observado por parte da gestão municipal ações ou obras que sejam tratadas com a devida urgência, mesmo diante de demandas consideradas prioritárias para a população. Citou como exemplo a obra do hospital municipal, afirmando que a mesma se arrasta há muito tempo, sem conclusão, o que, em sua avaliação, demonstra falta de prioridade com a saúde pública. O parlamentar relatou ainda que o município enfrenta diversas dificuldades na área da saúde, como falta de ambulâncias, carência de medicamentos e outras demandas estruturais. Disse que, ao se analisar o conjunto de necessidades do município, percebe-se um cenário amplo de problemas que, segundo ele, não têm recebido a devida atenção do poder público. Franklin ressaltou que, apesar da sensação de dificuldade em resolver tais problemas, isso não deve desestimular a atuação dos vereadores da oposição. Em resposta ao vereador Tarcísio, propôs que os requerimentos referentes às demandas do município sejam formalizados e, simultaneamente, encaminhados com cópia ao Ministério Público, como forma de fiscalização e cobrança do poder público. Sugeriu, inclusive, que seja registrado em ata e transformado em requerimento oficial o pedido de providências quanto à situação do matadouro municipal. O vereador afirmou que a omissão do poder público na manutenção e zelo do patrimônio público pode configurar, em tese, atos de improbidade administrativa, passíveis de responsabilização legal. Defendeu que o Legislativo deve atuar de forma mais firme na fiscalização e cobrança das ações do Executivo, especialmente diante de problemas recorrentes. Em seguida, mencionou a situação do hospital municipal, ressaltando que, apesar da existência de um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público para execução da obra, outras demandas da população continuam sem solução. Destacou que o atendimento em saúde apresenta diversas deficiências, como falta de estrutura adequada para transporte de pacientes e escassez de medicamentos básicos (respiridona). Como exemplo, citou a distribuição irregular de medicamentos, relatando casos em que pacientes recebem quantidades inferiores às prescritas, sendo orientados a retornar posteriormente, o que, segundo ele, gera insegurança e sofrimento à população. Encerrando sua fala, o vereador Franklin reafirmou sua preocupação com a situação da saúde e demais serviços públicos do município, agradeceu a atenção de todos e finalizou seu pronunciamento. Na sequência a **VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS (Gracinha)** iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes no plenário, bem como os que acompanham a sessão pela TV Câmara, agradecendo a participação de todos. Informou que a sessão contava com a presença dos vereadores Eneas, Tarcísio e Franklin, além de sua própria participação na condução dos trabalhos. Relatou que as sessões têm sido cansativas, mas destacou que observa uma gestão que classificou como “do nem”, afirmando, em sua avaliação, que não realiza, não executa e não permite que outros realizem ações no município. Ao comentar falas do vereador Tarcísio, ressaltou que requerimentos, por si só, muitas vezes não têm resolutividade imediata, mencionando que em situações anteriores o Ministério Público precisou ser acionado para que providências fossem tomadas pelo Executivo. Sobre projetos legislativos, citou como exemplo a proposta de criação da feira dos animais, explicando que o projeto não foi aprovado por não ser de competência da Câmara, segundo entendimento adotado à época. Em seguida, afirmou não ser contrária ao teste seletivo, mas sim ao que classificou como “barganha” na sua execução, alegando haver

influência política e ausência de critérios técnicos claros na seleção de pessoas. E enfatizou: “Qual é a análise de competência que está sendo feita através de um teste seletivo? Isso se chama cabresto. O que essa gestão gosta é de cabresto. Talvez por isso eu seja odiada por alguns lá, e até por pessoas da minha própria família. Mas, se tem uma coisa da qual eu não me arrependo, é de nenhum dos meus atos. Não me arrependo de não estar em um cabresto, de não baixar a cabeça. Porque eu, como vereadora, preciso ter autonomia para dizer o que é certo e o que é errado. Só que, quando eu faço isso, sou penalizada. Ai meus parentes perdem emprego, meus concunhados perdem cargos e salários superfaturados. Meu povo, eu chego a me emocionar, porque não tem ninguém nessa cidade que tenha sofrido mais críticas e ataques do que esta vereadora aqui. Só que, toda vez que isso acontece, eu me fortaleço mais. Isso me mostra que eu estou no caminho certo e que não preciso baixar a cabeça. Agora, meu povo, vocês precisam acordar. Não serão apenas quatro vereadores que vão transformar esta cidade. Não será só a gente falando neste microfone e acionando o Ministério Público. Isso gera desgaste.” E continuou a sua fala relatando problemas estruturais na saúde, não temos um hospital de qualidade, estradas e serviços públicos, classificando algumas intervenções como “maquiagem”, afirmando que se deterioram rapidamente. Criticou mudanças administrativas e demissões na área da praça pública, alegando falta de diálogo e respeito com trabalhadores, além de relatar situações de instabilidade em contratações temporárias. A vereadora Gracinha destacou a necessidade de coragem e ação para enfrentar os problemas do município, afirmando que, caso contrário, a cidade continuará na mesma situação atual. Comparou o desenvolvimento de municípios vizinhos, como Curral Novo, Caridade e Marcolândia, com a realidade de Simões, que, segundo ela, apresenta um cenário de desilusão e descrédito da população. Ressaltou que essa falta de confiança impacta diversos setores, especialmente a população mais vulnerável, citando a instabilidade de contratos temporários, com variação de pagamentos mensais, o que gera insegurança aos trabalhadores. Questionou ainda a falta de ambulâncias e estrutura na saúde municipal, afirmando que, embora a demanda seja grande, é necessário que o poder público tome providências efetivas. Indagou sobre a aquisição recente de veículos pelo município, comparando com cidades vizinhas que, segundo ela, realizaram mais investimentos em transporte e estrutura. Em aparte, o vereador Tarcísio acrescentou que, conforme informações, teria havido aquisição de um veículo S10 LTZ para uso do gestor e a locação de SS10. A vereadora também comentou sobre críticas ao teste seletivo, afirmando que, em sua visão, a prova de títulos muitas vezes se resume a indicações políticas. Utilizou a expressão de que “quem indica” influência nos resultados, criticando esse tipo de prática. Reforçou que a Câmara Municipal atua com responsabilidade e que os projetos do Executivo devem ser analisados tecnicamente pelas comissões, de forma criteriosa e dentro da legalidade, não sendo aprovados automaticamente. Afirmou que a tramitação legislativa segue o rito correto, com análise, discussão e apresentação de proposições. Mencionou ainda a votação da LDO/2026 no plenário, destacando que o processo ocorreu dentro da legalidade e que decisões judiciais posteriores confirmaram a regularidade de atos legislativos, segundo sua fala. Defendeu que seu compromisso como presidente da Casa é garantir seriedade e responsabilidade na condução dos trabalhos até o fim do mandato, afirmando que todos os projetos, independentemente da origem, serão devidamente analisados. Por fim, ressaltou que seu projeto de criação da feira dos animais, considerado de grande utilidade pública e econômica para o município, foi rejeitado, mas reiterou que seguirá sendo analisado dentro das comissões. Em aparte, o vereador Tarcísio destacou que o espaço destinado à feira, localizado ao lado do cemitério velho, encontra-se abandonado, tomado pelo mato, o que, segundo ele, demonstra descaso com os criadores. A vereadora reforçou a importância da atividade de compra e venda de animais para a economia local e criticou a falta de incentivo ao setor, afirmando que não há políticas efetivas de desenvolvimento nesse sentido. Encerrando, reiterou que os projetos continuarão sendo analisados pelas comissões e


reafirmou seu compromisso com a responsabilidade, imparcialidade e respeito a todos os vereadores, independentemente de posicionamento político. Ao final, reforçou seu compromisso com a população e com a Câmara Municipal, afirmando não guardar mágoas pessoais, e concluiu defendendo que o município necessita de desenvolvimento e prosperidade, e não retrocesso. Agradeceu a todos e encerrou sua fala. **SEGUNDA PARTE: ORDEM DO DIA.** Na segunda parte da sessão, **Ordem do Dia**, o primeiro secretário o vereador Franklin conduziu a leitura e votação das matérias. **Leitura do Requerimento** nº004, 13/04/2026, de autoria da vereadora Cledilma Alencar, solicitando ao prefeito Magno **CONTRATAÇÃO DE GUARDAS MUNICIPAIS PARA ORGANIZAR O TRÂNSITO NA CIDADE, PRINCIPALMENTE NOS FINAIS DE SEMANA.** O primeiro secretário Franklin explicou que o Requerimento nº 04, de autoria da vereadora Cledilma, que trata da contratação de guardas municipais para organização do trânsito nos finais de semana em Simões, teve sua votação adiada para a próxima sessão devido à ausência da autora e acrescentou, embora ele tenha interesse e já saiba qual será o meu voto — inclusive favorável. Segundo ele, a vereadora tem o direito de defender e justificar o requerimento em plenário antes da votação. Franklin também esclareceu ao professor vereador Tarcísio que os requerimentos apresentados por ele foram protocolados fora do prazo na sessão anterior, motivo pelo qual não puderam ser lidos naquela ocasião. Os documentos foram lidos no expediente da sessão atual e serão colocados em votação na próxima reunião legislativa. Próxima sessão ordinária será dia 19 de maio do corrente ano. E não havendo mais nada a tratar “**EM NOME DE DEUS**” a senhora presidente declarou encerrado os trabalhos da presente sessão. E para constar mandou que lavrasse a presente ata que após lida e aprovada vai assinada pelo Presidente, 1º Secretário e demais vereadores presentes. Plenário Vereador Pedro Raimundo Félix Filho Câmara Municipal de Simões 05 de maio de 2026. Assinatura de Todos os Parlamentares Presentes na Sessão:



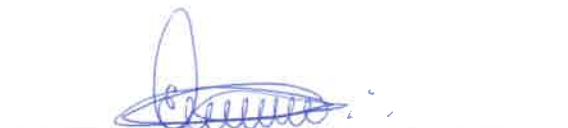
Maria das Graças Xavier Carvalho (PSD)
PRESIDENTE



Franklin Wilker de Carvalho e Silva (MDB)
-1º SECRETÁRIO



Tarcísio Alves Carvalho (MDB)
VICE-PRESIDENTE



Eneas Lima Dias (MDB)